

12

*Fabiana Costa Dias
Luiza Pires Martins
Roberta Mociaro Zanatta
Instituto Moreira Salles*

O MODELO UNIFICADO DE DESCRIÇÃO (MUDA)

**NA IDENTIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS E COLEÇÕES
DO ACERVO DO INSTITUTO MOREIRA SALLES**

Instituições que abrigam arquivos e coleções costumam apresentar conjuntos documentais carregados de grande diversidade de gêneros, espécies, tipos e suportes. Isso se dá pela complexidade das atividades e funções dos produtores ao longo de suas vidas, revelando contextos de produção e acumulação menos rígidos e de caráter distinto das estruturas exclusivamente administrativas e institucionais.

A definição de um conjunto de diretrizes capaz de atender as demandas e especificidades de cada arquivo ou coleção é fundamental para nortear os tratamentos arquivísticos e museológicos e otimizar a sua identificação documental. No entanto, o processo de implementação de tais diretrizes torna-se um dos maiores desafios das instituições de custódia de arquivos e coleções.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar a proposta de um Modelo Unificado de Descrição do Acervo do Instituto Moreira Salles (MUDA)²², e como sua elaboração contribuiu para a padronização e identificação do acervo, formado por conjuntos de diferentes naturezas, reunidos em Coordenadorias de Acervo distintas.²³

Para tanto, o trabalho está dividido em três partes: a primeira, intitulada “A formação do Instituto Moreira Salles e suas Coordenadorias de Acervo”, na qual serão apresentados os elementos que contribuíram para a fundação do IMS, desde a chegada dos primeiros arquivos e coleções à instituição de suas Coordenadorias de Acervo. A segunda parte, intitulada “Referenciais teóricos para a compreensão e conceituação de arquivos e coleções”, será dedicada à definição dos conceitos de arquivo e coleção, de acordo com as teorias Arquivísticas e Museológicas. Já a terceira e última parte, sob

22 Apesar da definição e uso do termo descrição ser usado majoritariamente para a identificação de arquivos, nossa proposta é utilizar o termo também para itens museológicos.

23 Para saber mais sobre as Coordenadorias de Acervo visite o site: <https://ims.com.br/acervos/>

o título “O desafio da implementação do MUDA”, apresentará uma breve explicação sobre o Modelo Unificado e as fases de implementação nas Coordenadorias de Acervo.

A FORMAÇÃO DO INSTITUTO MOREIRA SALLES E SUAS COORDENADORIAS DE ACERVO

Walther Moreira Salles (Pouso Alegre, 1912 - Petrópolis, 2001), fundador do IMS, é lembrado como empresário, banqueiro, embaixador e político, mas também teve uma longa trajetória ligada às artes, que começou bem antes da inauguração do Instituto Moreira Salles, em 1987. Segundo entrevista realizada com Sergio Goes de Paula para a tese *O legado histórico nacional – memória, difusão e acesso: o caso da Brasileira Fotográfica*:

Sua experiência como patrono das artes vinha de longe e foi influenciada pelo amigo Nelson Rockefeller, a quem conhecia desde os tempos de Segunda Guerra Mundial e a quem iria se associar em diversos momentos ao longo da vida. Eles não fizeram apenas negócios juntos: o convívio pessoal incluía a atividade permanente da prática da filantropia e do patrocínio das artes.

Para ambos, não se tratava apenas de fruir a arte em casa ou comprar e doar obras para instituições. Ambos envolveram-se na gestão de importantes museus, e Walther Moreira Salles já acumulara uma vasta experiência quando passou a dedicar seu tempo ao Instituto Moreira Salles. Tinha uma imensa rede de conhecimentos, tinha os recursos, a vontade e a convicção.

O Arquivo Walther Moreira Salles tem documentação sobre várias instituições de memória com as quais ele se envolveu antes de criar o IMS, mas três se destacam:

o Museum of Modern Art de Nova York, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (Zanatta, 2019, p. 46).

Assim, em 1987 foi fundado o Instituto de Artes Moreira Salles, que cinco anos depois, em 1991, se tornaria o Instituto Moreira Salles (IMS). No ano de 1990 foi adquirido um chalé em Poços de Caldas onde foi aberta a primeira unidade do IMS. Seis anos mais tarde foi inaugurada a unidade de São Paulo, no bairro de Higienópolis, que em 2017 foi transferida para a Avenida Paulista. Em 1997 foi a vez da unidade de Belo Horizonte, que funcionou até 2009. Em 1999, foi aberta a unidade do Rio de Janeiro. Atualmente, existem três unidades: Poços de Caldas, São Paulo e Rio de Janeiro. O IMS é uma fundação cultural sem fins lucrativos.

Com a criação do IMS sua coleção começou a ser formada. Os primeiros arquivos e coleções que foram adquiridos pelo Instituto foram de Fotografia e Literatura, nos anos 1990. À medida que novos conjuntos documentais eram incorporados ao Acervo IMS, caracterizados por possuir linhas temáticas distintas das demais, uma nova Coordenadoria era criada. Já nos anos 2000 foram criadas as Coordenadorias de Música, de Iconografia e de Fotografia Contemporânea. Com a abertura do prédio da Avenida Paulista, em 2017, foi criada a Biblioteca de Fotografia²⁴ e a Coordenadoria de Gestão de Acervo. Esta última, com a proposta de unificar as práticas realizadas por todas as demais Coordenadorias. Além disso, a Gestão de Acervo também assumiu a guarda de conjuntos documentais, como os arquivos Walther Moreira Salles, Olavo Redig de Campos, arquiteto da Casa da Gávea, e a coleção Santiago Badariotti, antigo morador da família Moreira Salles.

Sendo assim, atualmente existem sete coordenadorias no IMS, a saber: Biblioteca de Fotografia, Fotografia, Fotografia Contemporânea, Iconografia, Literatura e Música, além da própria Gestão de Acervo. A união entre os arquivos e coleções de todas as Coordenadorias forma o Acervo IMS.

REFERENCIAIS TEÓRICOS PARA A COMPREENSÃO E CONCEITUAÇÃO DE ARQUIVOS E COLEÇÕES

Instituições arquivísticas, biblioteconômicas e museológicas, independentemente do tipo de acervo que custodiam ou das linhas de colecionismo que preconizam, produzem documentos que registram suas atividades. Essa documentação possui características orgânicas e representam as atividades-meio e as atividades-fim de cada uma dessas instituições.

Especialmente, bibliotecas e museus possuem coleções de livros e obras de arte que são delimitadas por temas. Arquivos, como sugerido por Schellenberg (2006), deveriam ser "órgãos receptores, ao passo que as bibliotecas [...] colecionadores" (Schellenberg, 2006, p. 45). Contudo, diferentemente do proposto por Schellenberg (2006), instituições arquivísticas, públicas ou privadas, além dos documentos produzidos para exercer suas atividades também colecionam arquivos pessoais e arquivos privados. Silva (2013) publicou o artigo Arquivos de Museus: características e funções, com o objetivo de "explorar o tema dos arquivos enquanto um serviço prestado por um museu, e as funções e características que este deve assumir por estar inserido no universo de museus" (Silva, 2013, p. 36). Para esta autora as funções dos arquivos de museus são duas: recolher e colecionar.

É interessante empregar o que Silva (2013) definiu como sendo as funções do museu para as demais instituições de memória, arquivos e bibliotecas. Historicamente as fronteiras entre as práticas de recolher e colecionar arquivos entre essas instituições nunca foram bem definidas (Cougo Junior, 2020; Dias, 2023). A Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Museu Nacional são exemplos de instituições que sempre executaram estas funções. Segundo Cougo Júnior (2020):

[...] *Archivo Publico* (em princípio a instituição arquivística por excelência no Brasil) teve que competir pela coleta e preservação de documentos necessários à administração e à história em várias frentes. Para além da *Bibliotheca Publica e Imperial*, que desde a chegada da Corte marcou posição como reduto de manuscritos importantes para o legado cultural do país, nesta fase inicial o *Archivo Publico* rivalizou também com o IHGB e, em menor instância, com instituições que historicamente se negaram a obedecer à lógica de centralização apregoada pelo governo, caso do Ministério dos Negócios Exteriores e da Casa Imperial [...] (Cougo Junior, 2020, p. 69).

[...] O projeto de criação do Museu Histórico Nacional saiu do papel quando o organismo foi finalmente fundado, em 1922. No decreto que criou o MHN, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa, definiu-se que o acervo museológico até então custodiado pelo *Archivo Nacional* seria transferido para a nova instituição. Por não restarem alternativas, o AN simplesmente obedeceu ao dispositivo. Se por um lado venceu a contenda com o IHGB, por outro Dória viu a “casa da memória” brasileira perder um número significativo de bens culturais móveis – sobretudo na forma de objetos considerados históricos – para uma nova instituição. No *Archivo*, restaram “apenas” os documentos [...] (Cougo Junior, 2020, p. 103-104).

Ao lado disso, um ponto que colaborou para acirrar as disputas entre arquivos, museus e bibliotecas era o não entendimento de que arquivos pessoais eram arquivos. Nesse sentido, como mencionou

Dias (2023) “[...] os arquivos pessoais não eram considerados arquivos, o que levava, em alguns casos, ao recebimento desses conjuntos de documentos por bibliotecas e museus. Isso, porém, não significava que arquivos não recebessem arquivos pessoais” (Dias, 2023, p.115).

Todo esse contexto é para mostrar que Arquivos, Museus e Bibliotecas não possuem somente documentos arquivísticos, museológicos e biblioteconômicos. Ao contrário disso, essas instituições produzem documentos para registrar suas atividades formando os seus arquivos institucionais, caracterizados pela função de recolher. Ao mesmo tempo, constituem coleções formadas por arquivos pessoais, arquivos privados e coleções. Nesse sentido, o que foi sugerido por Silva (2013) para as funções dos museus também se aplica para arquivos e bibliotecas.

Nessa direção, Dias (2017) elaborou uma revisão de literatura sobre as produções nacionais e internacionais sobre as funções dos arquivos nos museus. Ao final sintetizou as funções dos arquivos nos museus, na esfera nacional e internacional, em um quadro comparativo. Para este artigo reproduzimos a versão nacional:

Quadro 1 – Funções dos arquivos nos museus

Autores	Mello (1997)	Tessitore (2002, p. 7)	Silva (2013, p. 40)	Hannesch (2013)
Arquivos nos Museus / Funções	Linha Institucional: Documentos técnicos e administrativos da instituição	Arquivo Institucional: "Registrar o cumprimento de suas funções, a sua rotina de funcionamento"	Função de Recolher: "Recolher os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades"	Arquivo de Museu: Funções Curatorial, Gestão de Acervos, Comunicação e Gestão Institucional.
	Linha Histórica: Arquivos e coleções que estão de acordo com a missão da instituição	Arquivo Colecionador: Aquisição de arquivos	Função de Colecionar: Aquisição de documentos arquivísticos	Arquivos em Museus: Função de aquisição

Fonte: Dias (2017).

O Instituto Moreira Salles possui as duas funções apresentadas no quadro anterior: recolher e colecionar. Os documentos que são produzidos para a realização das atividades-meio e das atividades-fim devem ser recolhidos ao arquivo institucional do IMS. Paralelamente a isto, os arquivos e coleções adquiridos / colecionados pelo IMS formam seu acervo institucional.

O interesse do IMS para a formação da sua coleção é por arquivos pessoais, arquivos privados e coleções, que podem ser formadas por documentos avulsos. Entende-se por arquivo o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 21). E por coleção a “reunião artificial de documentos que, não mantendo relação orgânica entre si, apresenta alguma característica em comum” (Camargo; Bellotto, 2012, p. 31).

Como foi mencionado, os arquivos / coleções que estão sob a responsabilidade das Coordenadorias de Acervo e da Gestão de Acervo formam o Acervo IMS. Os arquivos e coleções adquiridos estão para a função de colecionar, assim como o Arquivo Institucional IMS está para a função de recolher.

O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DO MUDA

Como foi mencionado anteriormente, o IMS possui sete Coordenadorias de Acervo. Cada uma dessas coordenadorias é responsável pelo gerenciamento dos arquivos e coleções que custodia. Como consequência disso, cada uma delas desenvolveu um modelo de descrição próprio. Com a criação da Coordenadoria de Gestão

de Acervo, em 2017, iniciou-se um movimento para a padronização da identificação do Acervo IMS. Foi formado um grupo de trabalho com a proposta de estudar como era realizada a descrição dos conjuntos documentais e propor um novo modelo de descrição, denominado Modelo Unificado de Descrição do Acervo IMS (MUDA).

Devido ao cenário de pandemia em 2020, o grupo de trabalho dedicou-se em discutir cada modelo de descrição praticado pelas Coordenadorias. Esteve em debate a nomenclatura dada ao nome dos campos, seu significado, sua utilidade e sua forma de apresentação (texto livre, lista controlada, campos combo, etc.).

Vale mencionar que o Acervo IMS é constituído por documentos de natureza arquivística, biblioteconômica e museológica, de todos os gêneros documentais, suportes e formatos. Nesse sentido, trata-se de um grande desafio construir uma ferramenta que seja capaz de dar conta de um acervo híbrido. Também é interessante comentar que o acervo bibliográfico é catalogado na plataforma Sophia e assim será mantido.

Após dois anos foi possível organizar o que denominamos de MUDA. Atualmente, formado por cerca de 89 campos, organizados em 12 grandes áreas²⁵, a saber: *identificação e contexto; conteúdo; dados sobre o representante digital; dados para geolocalização; conservação; condição de acesso; fontes relacionadas; local de guarda; direitos; seguro; documento / obra em trânsito; e, responsável pela descrição*. O MUDA oferece mais do que uma descrição arquivística ou identificação museológica, por exemplo, as áreas *dados sobre o representante digital, conservação, direitos, seguro e documento/obra em trânsito* são exemplos de gestão de arquivos e coleções.

25

Para saber mais veja o artigo: Compartilhando práticas - a experiência de elaboração do modelo unificado de descrição do acervo do Instituto Moreira Salles (2022), disponível em: https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/363

A partir da criação do MUDA, o grupo de trabalho partiu para um novo desafio, selecionar uma plataforma que conseguisse efetivar sua proposta. Sendo assim, ao longo de 2022 foram organizadas conversas com as empresas e universidades que oferecem *softwares* para descrição e gestão de acervos. As duas finalistas ofereceram produtos diferentes, uma de *software* proprietário²⁶, conhecido como *software* de prateleira, e a outra de *software* livre²⁷, ou seja, com código aberto. A preferência foi por uma ferramenta de código aberto e que já tivesse usuários no Brasil. No momento, está em curso um projeto piloto com base no *software* de código aberto, para avaliar se os critérios estabelecidos pelo MUDA são por ele executáveis.

Além dos desafios impostos na tentativa de uma descrição unificada do Acervo IMS, o MUDA também trouxe uma nova abordagem - a possibilidade de realização de uma descrição multinível. Pois até então todas as descrições eram realizadas com base no item documental, em alguns casos, formando séries e grupos. Contudo, esses níveis ainda não eram contextualizados como ocorre na descrição multinível. Além do que, a atual base de dados utilizada não dispõe deste tipo de estruturação. Sendo assim, uma ferramenta que permita uma descrição multinível é fundamental para que as informações contidas nos grupos, subgrupos, séries, subséries / dossiês sejam contempladas na descrição.

Outro ponto discutido com as Coordenadorias de Acervo foi a reclassificação dos conjuntos, até então majoritariamente nomeados como acervos e coleções. Foi preciso chegar ao consenso de que a denominação Acervo IMS se refere à totalidade de seus conjuntos, custodiados por todas as Coordenadorias de Acervo, e que é composto por arquivos e coleções, de acordo com as teorias Arquivística

26 *Software* proprietário é aquele que pertence a uma empresa, que é responsável pela sua instalação, programação e por quaisquer alterações que venham a ocorrer.

27 *Software* livre é um programa desenvolvido com base em um código aberto que pode receber alterações e colaborações por parte dos seus usuários.

e Museológica. Feito isso, chegamos ao debate sobre a importância de se nomear adequadamente os arquivos e coleções no momento do estabelecimento de seus contratos de aquisição. Neste sentido, é de fundamental importância compreender exatamente se o que está sendo adquirido é um arquivo ou uma coleção. Isso porque, muitas vezes, o modo como determinado conjunto é identificado nos contratos de aquisição impactará posteriormente em seus créditos e na sua identificação no momento da descrição. Para tanto, diversas reuniões foram realizadas com as Coordenadorias de Acervo no intuito de identificar se o que constava no contrato de aquisição correspondia de fato aos conceitos de arquivo e coleção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste trabalho foi apresentar os desafios enfrentados na implementação de um modelo de padronização para a descrição do acervo do Instituto Moreira Salles (IMS). Nesse sentido, primeiramente, foi realizada uma breve contextualização da criação do IMS e da formação das coordenadorias responsáveis pela custódia do acervo da instituição. Posteriormente foram apresentados os referenciais teóricos para a compreensão da organização do Acervo IMS. Na parte final, foram identificados os desafios para a implementação do MUDA, a importância da realização de uma revisão da categorização dos conceitos de acervo, arquivo e coleção, e da adoção de uma descrição multinível.

O desafio de implementar um modelo unificado de descrição evidenciou aspectos que não estavam manifestados no escopo do trabalho, tais como: a necessidade de identificação e entendimento de que o Acervo IMS é o somatório de todos os documentos e obras adquiridos pelas Coordenadorias de Acervo e do seu Arquivo Institucional; a importância da compreensão e aplicação dos conceitos que definem arquivos e coleções; e, a relação entre o que é firmado

em um contrato de aquisição e o processo descritivo de um arquivo ou coleção. Ao lado disso, foram apresentados os desafios a serem enfrentados ao reunir em um mesmo banco de dados conjuntos documentais formados por documentos arquivísticos e museológicos. A reunião em um mesmo modelo descritivo de campos com o objetivo de retornar buscas mais assertivas e de extrair relatórios, também envolveu a escolha por metadados que permitissem ao pesquisador responsável pela descrição contextualizar a produção e / ou acumulação dos arquivos ou coleções.

Todo esse trabalho para a elaboração de um modelo unificado de descrição só irá funcionar de modo eficiente em uma base de dados que consiga realizar os relacionamentos entre os campos, que flexibilize seu preenchimento e que disponibilize uma descrição multinível. Assim, no presente momento o MUDA segue em fase de implementação e testes. Também está em curso a adoção de uma nova base de dados que atenda às necessidades identificadas.

Conclui-se que a padronização da descrição do acervo promovida pelo MUDA traz facilidades para a implementação de uma política de gestão de acervo e para a elaboração de diretrizes de aquisição e desincorporação, contribuindo para a identificação do perfil de colecionismo e custódia da instituição.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, A. M.; BELLOTTO, H. L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2012.

COUGO JUNIOR, F. A. **A patrimonialização cultural de arquivos no Brasil**. 2020. 448 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/7423>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DIAS, F. C. **Museu Aeroespacial**: na trilha do seu acervo. 2017:122 f. (Mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/dias-fabiana-costa-museu-aeroespacial-na-trilha-do-seu-acervo/view>. Acesso em: 11 jul. 2023.

DIAS, F. C. **Aquisição de acervos arquivísticos**: um estudo do termo e de suas práticas. 2023. 271 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/28911>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HANNESCH, O. **Patrimônio Arquivístico em Museus**: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel. 2013. 229 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: https://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11907/ozana%20PPGPMUS%20disserta%c3%a7%c3%a3o_mestrado%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 jul. 2023.

MELLO, M. L. H. L. de. **O Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1997.

TESSITORE, V. **Os Arquivos Fora dos Arquivos**: dimensões do trabalho arquivístico em instituições de documentação. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, M. C. S. de M. **Arquivos de museus**: características e funções. Revista de Museologia e Interdisciplinaridade. v.II, nº 4, p. 35- 47, mai./jun. 2013.

ZANATTA, R. M. **O legado histórico nacional – memória, difusão e acesso: o caso da Brasileira Fotográfica**. Rio de Janeiro, 2019, 190 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/19642>. Acesso em: 11 jul. 2023.